

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO NÃO ACATA ORDEM DE LULA

Ao contrário da determinação do presidente Lula, de negociar as prioridades da categoria e dar um fim à paralisação nacional da Seguridade Social, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sérgio Mendonça, disse ao Comando Nacional de Greve, em reunião realizada na tarde de ontem, que o governo não tem proposta para apresentar aos trabalhadores.

Contrariando todas as expectativas, o Secretário disse ainda que a proposta apresentada anteriormente pelo governo não tinha mais valor e que só aceitaria negociar alguns pontos relacionados aos servidores do INSS. Diante disso, o Comando Nacional reafirmou sua disposição para negociar, mas de conjunto, envolvendo os interesses dos trabalhadores do INSS, Ministério da Saúde e Trabalho. A negociação em separado, portanto, estava fora de questão. Na avaliação do Comando, a postura do Secretário gerou um novo impasse nas negociações e revela a intransigência do governo Lula no trato das reivindicações dos trabalhadores.

Estabelecido o impasse, os integrantes do Comando de Greve se dirigiam ao Ministério da Previdência, objetivando uma audiência com o ministro Nelson Machado. No fechamento desta edição, mais de 50 servidores aguardavam o ministro para discutir uma proposta que resulte no atendimento nas prioridades da categoria. "Enquanto permanecer o impasse, a greve continua em todo o Brasil", garantiu José Campos, do Comando Nacional e da diretoria do Sindisprev.

Justiça responsabiliza governo Lula

O presidente do INSS, Valdir Moysés Simão, afirmou que o governo tentará recorrer à Justiça para dividir com os sindicatos a multa dada ao órgão. No último dia 8, a Justiça Federal determinou que se a greve não terminar em dez dias, o INSS terá que pagar R\$ 100 mil por dia sem trabalho. A decisão responsabiliza o governo e a União, que não se empenharam para superar o impasse.

Apesar de, mais uma vez, fazer ameaças de corte no ponto e outras medidas administrativas, o presidente do INSS disse acreditar num acordo com os servidores antes mesmo do fim do prazo de dez dias estipulado pela Justiça. "Nós temos a convicção de que nós vamos acabar conseguindo, através de um acordo, fazer com que os servidores retornem à atividade", afirmou. Segundo ele, caso o acordo seja feito, o Ministério Público Federal se compromete a retirar a ação civil pública que move na Justiça Federal contra o INSS.



Cláudio Wayne

Governo segue intransigente e a greve continua

AGENDA

Vamos tomar as ruas novamente contra a corrupção no Brasil e a política econômica de Lula e FMI!

Quarta-feira, dia 10
concentração às 16h30min,
na sede do Sindisprev.

Quinta-feira, dia 11
concentração às 9h30min,
na sede do Sindisprev

Ato público em Taquara
Quarta-feira, dia 10

Assembléia Geral
Quinta-feira, 11
às 13h,

na sede do Sindicato, 15º andar